

**Associação de Pais e Amigos dos
Excepcionais de Ribeirão Preto**

**Demonstrações Contábeis acompanhadas do
Relatório dos auditores independentes**

Em 31 de dezembro de 2016

Índice

	Página
Relatório dos Auditores independentes sobre as demonstrações contábeis	3
Demonstrações contábeis	6
Notas explicativas às demonstrações contábeis	12
Relatório de atividades	28

Relatório dos auditores independentes

Aos Srs.
Diretores e Administradores da
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Ribeirão Preto
Ribeirão Preto – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Ribeirão Preto (Entidade), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Entidade em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Sem ressaltar nossa opinião, chamamos a atenção para o passivo da Entidade exceder o ativo em R\$ 2.561 mil em 31 de dezembro de 2016, pelo aumento do seu grau de endividamento, além da Entidade vir apresentando sucessivos e relevantes déficits nos últimos exercícios sociais. Essas condições indicam a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida quanto à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Entretanto, conforme descrito na nota explicativa nº 1, a administração da entidade está em processo de reestruturação, para alongamento da dívida e novas captações de convênios. As demonstrações contábeis não incluem quaisquer ajustes relativos à realização e classificação dos valores de ativo ou quanto aos valores e a classificação de passivos que seriam requeridos na impossibilidade de a Entidade continuar operando.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional;
- avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 10 de agosto de 2017.



Marcelo Castro Valentini
CT CRC 1SP 239.472/O-2

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Ribeirão Preto

Balancos patrimoniais Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

ATIVO

	Nota	2016	2015
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	2	103
Aplicações financeiras	6	763	724
Contas a receber	7	22	105
Outros créditos	8	188	87
Despesas antecipadas		-	7
Total do ativo circulante		975	1.026
Não Circulante			
Imobilizado	9	3.888	4.009
Intangível		-	10
Total do ativo não circulante		3.888	4.019
Total do Ativo		4.863	5.045

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Ribeirão Preto

Balanços patrimoniais Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

PASSIVO E PATRIMONIO LÍQUIDO

	Nota	2016	2015
Circulante			
Empréstimos e financiamentos	10	619	625
Fornecedores		165	13
Obrigações sociais	11	2.187	1.735
Convênios e projetos a aplicar	12	678	714
Outras contas a pagar		175	138
Total do passivo circulante		3.824	3.225
Não Circulante			
Empréstimos e financiamentos	10	1.034	1.368
Obrigações sociais	11	1.848	1.508
Provisão para riscos processuais	13	717	717
Total do passivo não circulante		3.599	3.593
Patrimônio Social			
Déficit acumulado	14	(5.905)	(5.173)
Avaliação Patrimonial		3.159	3.214
Reserva de doação		186	186
Total do patrimonio líquido		(2.560)	(1.773)
Total do Passivo e patrimonio líquido		4.863	5.045

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Ribeirão Preto

Demonstrações dos Resultados Abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Déficit do exercício	(787)	(418)
Outros resultados abrangentes	-	-
Déficit do exercício	<u>(787)</u>	<u>(418)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Ribeirão Preto

Demonstrações de resultados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	Notas	2016	2015
Receitas operacionais	15		
Recursos de convênios		1.488	1.560
Recursos de subvenções		802	1.103
Recursos de repasse SUS		1.680	1.694
Receitas com telemarketing		1.118	1.121
Outras receitas com doações e contribuições		1.358	949
		----- 6.446	----- 6.427
Despesas operacionais			
Despesas Assistencia Social	16	(820)	(421)
Despesas Educação	17	(1.321)	(1.322)
Despesas saúde	18	(1.463)	(1.208)
Despesas telemarketing	19	(500)	(471)
Despesas - Apoio Operacional	20	(453)	(379)
Despesas com subvenções	21	(802)	(1.103)
Despesas administrativas		(1.589)	(1.518)
Outras receitas operacionais		6	(30)
		----- (6.942)	----- (6.452)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		----- (496)	----- (25)
Receitas financeiras	22	75	30
Despesas financeiras	22	(366)	(423)
Déficit do exercício		----- (787)	----- (418)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Ribeirão Preto

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em Reais)

	<u>Déficit acumulado</u>	<u>Avaliação Patrimonial</u>	<u>Reserva de Doação</u>	<u>Déficit do exercício</u>	<u>Total</u>
Saldos em 1º janeiro 2015	(4.810)	3.269	186	-	(1.355)
Déficit do exercício	-	-	-	(418)	(418)
Realização da avaliação patrimonial	-	(55)	-	55	-
Absorção déficit	(363)	-	-	363	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015	(5.173)	3.214	186	-	(1.773)
Déficit do exercício	-	-	-	(787)	(787)
Realização da avaliação patrimonial	-	(55)	-	55	-
Absorção déficit	(732)	-	-	732	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	<u>(5.905)</u>	<u>3.159</u>	<u>186</u>	<u>-</u>	<u>(2.560)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Ribeirão Preto

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em Reais)

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
(Déficit)/superávit do exercício	(787)	(418)
Ajustes por:		
Depreciação e amortização	141	168
Despesa com juros	254	238
Provisão para riscos processuais	-	222
	-----	-----
	(392)	210
	-----	-----
Varição nos ativos e passivos		
Contas a receber	83	(26)
Aplicações financeiras com restrição	(39)	(654)
Despesas antecipadas	7	(7)
Outras contas a pagar	(101)	1
Fornecedores	152	(145)
Obrigações sociais	792	643
Outras contas a pagar	37	(81)
Convenios a aplicar	(36)	714
	-----	-----
Caixa líquido decorrente das atividades operacionais	503	655
	-----	-----
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Ativo intangível	10	(10)
Ativo imobilizado	(20)	(1)
	-----	-----
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(10)	(11)
	-----	-----
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Empréstimos	(594)	(592)
	-----	-----
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	(594)	(592)
	-----	-----
(Diminuição)/Aumento do caixa e equivalentes de caixa	<u>(101)</u>	<u>52</u>
Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e equivalentes de caixa - no início do exercício	103	51
Caixa e equivalentes de caixa - no final do exercício	2	103
	-----	-----
(Diminuição)/Aumento do caixa e equivalentes de caixa	<u>(101)</u>	<u>52</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Ribeirão Preto - APAE é uma instituição de fins beneficentes e filantrópicos, fundada em 19 de junho de 1965, para promover gratuitamente e em caráter exclusivo, o bem-estar, a proteção, o atendimento especializado, a assistência social e a integração dos excepcionais na sociedade; estimular os estudos e pesquisas relativos aos problemas dos excepcionais e a prevenção de deficiências.

A palavra excepcional se ajusta às crianças, ao adolescente ou adulto que sejam portadores de deficiência mental e que representem problemas capazes de impedir o seu ajustamento familiar ou social e que necessitem de orientação especializada para sua educação, comportamento e desenvolvimento.

Para consecução de seus objetivos a Entidade se propõe entre outras atividades receber subvenção e firmar convênios com órgãos governamentais municipais, estaduais e federais, bem como entidades particulares, de economia mista, autarquias, fundações e outras que julgar necessário e que não conflitem com os objetivos sociais, aplicando os recursos recebidos nas finalidades a que estejam vinculadas.

Também se faz necessária a captação de recursos de outras fontes de origem privada para complementar o custeio da instituição, dentre estas fontes podemos citar a (i) Captação de Recursos pelo Telemarketing, (ii) Nota Fiscal Paulista, (iii) Eventos, (iv) Doações Diretas, etc. A instituição rege-se pelo Estatuto Social por meio de seus órgãos administrativos: Assembleia Geral, Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal, Diretoria e Conselho Técnico.

2. Base de preparação

a) Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e Resolução nº 1409/2012 do Conselho Federal de Contabilidade, que aprovou a interpretação ITG 2002(R1) - Entidades sem Finalidade de Lucros, que trata de orientações específicas para entidades sem Finalidade de Lucros.

Renúncia fiscal

Em atendimento ao item 27, letra “c” da ITG 2002 (R1) – entidade sem finalidade de lucros, a Entidade apresenta a seguir a relação dos tributos objetos da renúncia fiscal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015:

- Imposto de renda da Pessoa Jurídica (IRPJ);
- Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL);
- Imposto sobre Prestação de Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN);
- Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) sobre as receitas próprias.

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria em 10 de agosto de 2017.

b) Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações contábeis da Entidade são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Entidade no processo de aplicação das políticas contábeis. Desta forma, os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua e tais revisões são reconhecidas no período em que são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

Não há informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro.

3. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis.

a) Instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros não derivativos

A Entidade reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Entidade desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transferem os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando a Entidade tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Entidade classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Entidade gerencia tais investimentos e tomam decisões de compra e venda baseada em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis e que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem contas a receber de clientes.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo.

Recursos vinculados a projetos

Recursos vinculados a projetos representam os saldos de bancos conta movimento e aplicações financeiras que possuem utilização restrita e somente poderão ser utilizados em projetos para fazer frente às obrigações do contrato de gestão de projetos.

Passivos financeiros não derivativos

A Entidade reconhece títulos de dívida emitidos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Entidade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

Estes passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Entidade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e outras contas a pagar.

- Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge
Durante os exercícios de 2016 e 2015, a Entidade não operou com instrumentos financeiros derivativos (operações de *hedge*, *swap*, contratos a termo e outras).

b) Apuração do resultado e reconhecimento das receitas e despesas com projetos

A Entidade reconhece a receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a Entidade; e (iii) critérios específicos tenham sido atendidos para cada uma das atividades da Entidade.

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Entidade.

As receitas de doações são registradas quando do recebimento em função da impossibilidade de prever os valores e os períodos de recebimentos e, conseqüentemente, registrar por competência a entrada de tais recursos.

Doações sem restrições

Cujos doadores não estipulam condições específicas a serem cumpridas pela Entidade. Essas doações são contabilizadas como receitas quando recebidas.

Doações com restrições

Cujos doadores determinam em quais atividades os recursos devem ser aplicados. A Entidade mantém essas doações no passivo circulante (na rubrica “Recursos vinculados a projetos”) e as reconhece como receitas à medida em que os recursos são aplicados.

c) Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou doação, deduzido de depreciação acumulada e perda de redução ao valor recuperável acumuladas, quando necessário.

Depreciação

A depreciação acumulada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado.

As vidas úteis estimadas para os períodos corrente e comparativo são as seguintes:

	Anos
Edificações e benfeitorias	60
Máquinas e equipamentos	20
Móveis e utensílios	10
Veículos	5
Equipamentos de informática	4

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Entidade. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

d) Gratuidade

Tendo em vista que a Entidade é uma Entidade sem fins lucrativos, beneficente de assistência social e reconhecida de utilidade pública, parte substancial de suas despesas é considerada como gratuidade concedida, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 23.

e) Redução ao valor recuperável – Impairment

i) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido a Entidade sobre condições de que a Entidade não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

A Entidade considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado (para contas a receber de clientes e outros créditos) tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Ativos individualmente significativos são avaliados quanto a perda por redução ao valor recuperável. O contas a receber e outros créditos individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto a perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Entidade utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto as premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro mensurado pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra o contas a receber e outros créditos. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Entidade, que não os estoques, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou Unidade Geradora de Caixa (UGC) exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (UGC).

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes o UGCs são inicialmente alocadas na redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGC), e subsequentemente na redução dos outros ativos desta UGC (ou grupo de UGC) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto a outros ativos, as perdas de valor recuperável são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

A Administração da Entidade não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de realização do teste de redução ao valor recuperável.

f) Benefícios a empregados

Benefícios de término de vínculo empregatício

Os benefícios de término de vínculo empregatício são reconhecidos como uma despesa quando está comprovadamente comprometido, sem possibilidade realista de retrocesso, com um plano formal detalhado para rescindir o contrato de trabalho antes da data de aposentadoria normal ou prover benefícios de término de vínculo empregatício em função de uma oferta feita para estimular a demissão voluntária.

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

A Entidade não mantém planos de pensão, previdência privada ou qualquer outro plano de aposentadoria ou de benefícios para os empregados e dirigentes após sua saída. Adicionalmente, também não mantém plano de benefícios a dirigentes e empregados na forma de planos de bônus ou de participações.

g) Provisões

Uma provisão é reconhecida se, em função de um evento passado, a Entidade tem uma obrigação legal ou construtiva presente que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são determinadas através do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os efeitos do desconto a valor presente, são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

h) Impostos e contribuições

Em virtude de ser uma Entidade sem fins lucrativos, a Entidade goza do benefício de isenção do pagamento de tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com os artigos 167 a 174 do Regulamento de Imposto de Renda e aprovado pelo decreto nº 3.000 de 26/03/99 e artigo 195 da Constituição Federal.

De acordo com o inciso VI do artigo 150 da Constituição Federal, é vedado aos Estados a instituição de imposto sobre o patrimônio, renda ou serviços de instituições de educação e assistência social sem fins lucrativos.

i) Aspectos ambientais

As instalações da Entidade são sujeitas a regulamentações ambientais. A Entidade diminui os riscos associados com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais, controles e investimentos em equipamentos. A Entidade acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.

4. Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Entidade exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

Caixa e equivalentes de caixa

São definidos como ativos destinados à negociação. Os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se dos valores justos em virtude do curto prazo de vencimento desses instrumentos.

Contas a receber e outros créditos

O seu valor justo é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação. Esse valor justo é determinado para fins de divulgação.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	2016	2015
Caixa Geral	-	2
Conta banco movimento s/ restrição	2	71
Conta banco movimento c/ restrição	-	30
	2	103

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins, sendo que a Entidade considera equivalente de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

6. Aplicações financeiras

	2016	2015
Aplicações financeiras s/ restrição	2	0
Aplicações financeiras c/ restrição	761	724
	763	724

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Os recursos vinculados a projetos referem-se a recursos recebidos pela Entidade que serão utilizados exclusivamente nos contratos de convênios.

Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa, remunerados de acordo com as médias de remuneração do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

7. Contas a receber

	2016	2015
CMDCA a receber	22	105
	22	105

O saldo a receber do CMDCA (Conselho Municipal de Direito da Criança e do Adolescente), da Prefeitura de Ribeirão Preto.

8. Outros créditos

	2016	2015
Depósito recursal	108	63
Multa pecuniária a receber	35	-
Cheque a depositar	16	17
Adiantamento a fornecedores	21	-
Outros créditos a receber	8	7
	188	87

9. Imobilizado

	Taxas anuais de depreciação	Custo	Depreciação Acumulada	31/12/2016 Líquido	31/12/2015 Líquido
Terrenos	-	1.230	-	1.230	1.230
Edificações	2%	3.058	(756)	2.302	2.366
Móveis e utensílio	10%	622	(576)	46	68
Veículos	20%	617	(340)	277	318
Equipamentos de inf.	25%	143	(110)	33	26
		5.670	(1.781)	3.888	4.009

Movimentação do custo

	01/01/2015	Adição/Baixa	31/12/2015	Adição/Baixa	31/12/2016
Terrenos	1.230	-	1.230	--	1.230
Edificações	3.058	-	3.058	-	3.058
Móveis e utensílio	617	-	617	5	622
Veículos	617	-	617	-	617
Equipamentos de inf.	126	2	128	15	143
	5.648	2	5.650	20	5.670

Movimentação da depreciação

	01/01/2015	Adição/Baixa	31/12/2015	Adição/Baixa	31/12/2016
Edificações	(628)	(64)	(692)	(64)	(756)
Móveis e utensílio	(513)	(36)	(549)	(27)	(576)
Veículos	(240)	(57)	(297)	(42)	(340)
Equipamentos de inf.	(92)	(10)	(102)	(8)	(110)
	(1.473)	(168)	(1.640)	(141)	(1.782)

10. Empréstimos e financiamentos

Modalidade	Encargos e taxa de juros	31/12/2016	31/12/2015
Capital de Giro	Juros de 1,5% a 8,75% a.m.	770	878
Antecipação SUS	Juros de 1,6% a.m.	882	1.114
Total de empréstimos		1.653	1.993
Circulante		619	625
Não circulante		1.034	1.368

A Entidade não divulgou o valor justo dos empréstimos e financiamentos por entender que esse valor é muito próximo do valor contábil.

Em 31 de dezembro de 2016 não há cláusulas restritivas (*covenants*) a serem cumpridas, tais como índices operacionais e econômico-financeiros, e não há instrumentos financeiros derivativos em aberto pela Entidade.

Cronograma de pagamentos

	2016	2015
2016	-	500
2017	481	500
2018	481	368
2019	71	-
	1.033	1.368

11. Obrigações sociais

	2016	2015
Salários	393	411
13º. a pagar	221	-
Provisão de férias	311	205
INSS	149	137
FGTS	430	181
PIS	17	44
IRRF	50	114
FGTS - parcelamento	675	772
IRRF - parcelamento	221	87
INSS - parcelamento	781	609
PIS - parcelamento	63	2
Outras contribuições	12	13
Acordos trabalhistas	189	147
Vale alimentação	143	187
Refis previdenciários	342	331
Refis demais débitos	37	3
	4.035	3.244
Circulante	2.187	1.735
Não Circulante	1.848	1.508

12. Convênios e projetos a aplicar

	2016	2015
Pronas	672	633
CMDCA (Conselho Municipal da Criança e Adolescente)	2	2
Obrigações Recursos não aplicados	4	79
	678	714

Débitos com o Ministério da Saúde, devido a utilização da verba assistencial em gastos não relacionados à sua natureza/finalidade, esses recursos serão devolvidos pela entidade, mas ainda, não há prazo definido, bem como essa obrigação está lastreada com disponibilidade de recursos, como apresentado na nota explicativa 6.

13. Provisão para riscos processuais

A Entidade é parte (pólo passivo) em ações judiciais envolvendo questões trabalhistas.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

	2015			2016
	Saldo Inicial	Utilização	Adição	Saldo Final
Trabalhistas	717	-	-	717

Existem outros processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível sem mensuração com suficiente segurança, no montante de R\$ 430 para os quais foi realizada provisão tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização, consideramos que a entidade foi conservadora.

14. Patrimônio Social

O patrimônio social da APAE Ribeirão Preto foi formado pelas doações recebidas e pelos (déficits) / superávit acumulados.

Ajuste de avaliação patrimonial: a Administração da Entidade, com base na faculdade prevista na Lei nº 11.638/2007, decidiu pela manutenção da reserva de reavaliação até a sua realização final, que se dá por depreciação, baixa ou alienação dos bens reavaliados.

Reserva de doação: constituída em exercícios anteriores com bens do ativo imobilizado recebidos a título de doações, sendo a sua realização pela baixa ou venda destes bens.

15. Receitas e despesas convênios e projetos

Receitas com Convênios e projetos		2016	2015
Recursos	Tipo		
Contribuições e doações	Receitas Operacionais	325	323
Doações materiais e equip diversos	Receitas Operacionais	22	-
Doações de alimentos	Receitas Operacionais	2	3
Doações materiais construção	Receitas Operacionais	-	2
Receitas diversas	Receitas Operacionais	4	27
Noite mineira	Receitas Operacionais	36	30
Bazar	Receitas Operacionais	10	21
Leilão	Receitas Operacionais	24	111
Festa junina	Receitas Operacionais	16	33
Pizzas	Receitas Operacionais	23	17
Feijoada	Receitas Operacionais	-	23
Artesanatos	Receitas Operacionais	-	33
Outras receitas	Receitas Operacionais	7	-
Vendas artesanatos	Receitas Operacionais	1	-
Credito apurado	Receitas Operacionais	226	277
Sorteio	Receitas Operacionais	12	16
Multas pecuniárias	Receitas Operacionais	649	30
Variação monetária ativa (re)	Receitas Operacionais	-	1
Convenio federal – subvenção	Receitas Operacionais - Convênio	68	68
Convenio estadual – subvenção	Receitas Operacionais - Convênio	85	101
Convenio estadual - acima de 30 anos	Receitas Operacionais - Convênio	81	94
Convenio municipal	Receitas Operacionais - Convênio	103	141
Cmdca	Receitas Operacionais - Convênio	-	119
Subv especial municipal assist social	Receitas Operacionais - Convênio	50	-
(-) Devolução convenio estadual-	Receitas Operacionais - Convênio	-	-
Convenio federal – pdde	Receitas Operacionais - Convênio	21	-
Convenio estadual	Receitas Operacionais - Convênio	567	567
Convenio municipal	Receitas Operacionais - Convênio	510	464
Convenio prefeituras região	Receitas Operacionais - Convênio	3	7
Verba federal - repasse – sus	Receitas Operacionais - Repasse SUS	1.680	1.694
Subvenção governamental - inss	Receitas Operacionais - Subvenções	802	1.101
Subvenção governamental - inss autônomo	Receitas Operacionais - Subvenções	-	2
Receitas telemarketing	Receitas Operacionais - Telemarketing	1.117	1.121
		6.445	6.426

16. Despesas Assistência Social

	2016	2015
Salários	642	339
Hora extra	8	-
Acumulo de função	6	5
Férias	-	20
13º salário	52	46
Fgts	39	32
Pis	5	-
Provisão de férias	71	-
Vale transporte - Reembolso	(2)	(2)
Auxílio creche	8	4
Serviços médicos fp - Reembolso	(9)	(23)
	820	421

17. Despesa Educação

	2016	2015
Salários	881	889
Hora extra	102	104
Acúmulo de função	5	2
Férias	-	103
13º salário	115	126
Fgts	94	97
Pis	12	-
Provisão de férias	124	-
Auxílio creche	8	5
Serviços médicos fp - Reembolso	(30)	(48)
Material de informática	2	-
Material didático	1	-
Cursos e palestras	2	-
Material aplicado/didático-pdde	5	-
Juros de mora	-	44
	1.321	1.322

18. Despesa saúde

	2016	2015
Salários	961	915
Hora extra	-	1
Acúmulo de função	10	13
Férias	-	62
13º salários	136	119
Fgts	97	85
Pis	11	-
Provisão de férias	216	-
Auxílio creche	8	10
Serviços médicos fp - Reembolso	(5)	(21)
Serviços de terceiro p. Jurídica	11	-
Outros materiais de consumo	9	-
Manutenções diversas	9	-
Juros de mora	-	23
Multas de mora	-	1
	1.463	1.208

19. Despesa telemarketing

	2016	2015
Salários	198	174
Ferías	-	32
13º salário	49	43
Fgts	37	66
Aviso prévio indenizações	-	8
Pis	5	-
Provisão de ferías	36	-
Vale transporte	329	5
Prêmio produtividade	188	171
Serviços médicos fp	12	23
	500	471

20. Despesas - Apoio Operacional

	2016	2015
Salários	311	274
Hora extra	5	10
Acumulo de função	2	3
Férias	-	25
13º salario	42	39
Fgts	30	28
Aviso prévio indenizações	3	7
Pis	4	-
Provisão de férias	63	-
Vale transporte	1	8
Prêmio produtividade	-	20
Serviços médicos fp	1	4
	453	379

21. Despesas com subvenções

	2016	2015
Subvenção governamental - inss	802	1.101
Subvenção governamental - inss autônomo	-	2
	802	1.103

22. Receitas e despesas financeiras

	2016	2015
Receitas financeiras		
Juros sobre aplicações financeiras	75	28
Outras receitas financeiras	-	2
	75.474	30
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos	(254)	(382)
Taxas bancárias	(109)	(39)
Imposto de renda sobre aplicações financeiras	(2)	(2)
	(366)	(423)
Despesas financeiras líquidas	(290)	(393)

23. Gratuidade

Considerando a promulgação da Lei 12.101 em 27 de novembro de 2009 que dispõe sobre a certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social, para fazer jus ao Certificado de Entidades Beneficentes de Assistência Social (CEBAS), a entidade de assistência social deve oferecer suas ações de forma gratuita, continuada e planejada e manter escrituração contábil regular que registre as receitas e despesas, bem como a aplicação em gratuidade de forma segregada, em consonância com as normas emanadas do Conselho Federal de Contabilidade.

Ainda, de acordo com o Decreto 7.237 de 20 de julho de 2010 que regulamenta a Lei nº 12.101, as ações das entidades beneficentes de Assistência Social poderão ser executadas por meio de parcerias com entidades privadas, sem fins lucrativos, que atuem nas áreas da Assistência Social e/ou Educação e/ou Saúde firmadas mediante ajustes ou instrumentos de colaboração.

24. Instrumentos financeiros

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Sociedade estão apresentados a seguir:

Gestão de risco de capital

A Administração da Entidade gerencia seus recursos a fim de assegurar a continuidade dos negócios e maximizar os recursos para aplicação em novos investimentos.

Valor justo dos instrumentos financeiros contabilizados ao custo amortizado.

Os instrumentos financeiros mantidos pela Sociedade são registrados ao custo amortizado e aproximam-se de seu valor justo.

Riscos associados

A Entidade opera apenas com Instrumentos financeiros não-derivativos que incluem aplicações financeiras e caixa e equivalentes de caixa, assim como contas a receber, contas a pagar, salários, férias e encargos.

Os valores contábeis constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros de mercado, se aproximando, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado. Durante este exercício a Entidade não realizou operações com derivativos.

Em função das características e forma de operação, bem como a posição patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2016, a Entidade está sujeita aos fatores de:

Riscos de crédito

Risco de crédito é o risco de a Entidade incorrer em perdas decorrentes de contribuições a receber decorrentes da falha dos contribuintes em cumprir com suas obrigações. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Entidade irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Entidade na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Entidade.

Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Entidade sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre suas aplicações financeiras. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Empresa busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas pós-fixadas.

25. Cobertura de seguros

A Entidade adota a política de contratar cobertura de seguros contra incêndio e risco diversos para os bens do ativo imobilizado por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, que foram definidas por orientação de especialistas e levam em consideração a natureza de sua atividade e o grau de risco envolvido. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

* * *



Relatório de Atividades 2016

APAE de Ribeirão Preto é uma instituição de Assistência Social inscrita sob CNPJ 56.015.894/0001-48, localizada à Rua Coracy de Toledo Piza, 571, Bairro Ribeirânia, no município de Ribeirão Preto, SP, telefone / Fax: (016) 3512-5200.

A Instituição possui os certificados de utilidades públicas Municipal, Estadual e Federal, registro no CEBAS, CMAS, CMDCA, Setor de Entidades do Município, CNES.

A entidade tem a missão de promover e articular ações de defesa de direitos e prevenção, orientação, prestação de serviços, apoio à família, direcionadas à melhoria da qualidade de vida da pessoa com deficiência e à construção de uma sociedade justa e solidária.

Contamos com parcerias através de Convênios e Termos de Colaboração junto a vários órgãos públicos da esfera Municipal, Estadual e Federal, nas áreas da educação, saúde e assistência social.

APAE foi fundada em 19 de junho de 1965, iniciando suas atividades realizando ações de assistencialismo e educação. Posteriormente, com o surgimento de novas políticas públicas, a Instituição adequou os seus serviços ampliando suas ações, estas pautadas na Assistência Social, Educação Especializada e Saúde, de acordo com as diretrizes de políticas públicas estabelecidas.

APAE oferece serviço gratuito para pessoa com deficiência intelectual e suas famílias. A entidade é preponderante na área de Assistência Social e presta serviços na área de Educação e Saúde. A ação é articulada entre as políticas intersetoriais que permite uma atuação efetiva sobre a realidade e amplia o desenvolvimento.

Os serviços socioassistenciais desenvolvidos estão pautados na Política Nacional de Assistência Social- Lei Orgânica da Assistência Social – Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais e demais legislações que regem a assistência social, enquanto política pública de direito.

Os serviços oferecidos pela Assistência Social são de Proteção Social de Média Complexidade (Serviço de Proteção Social Especial para pessoas com deficiência e suas famílias) e Básica (Serviço de Convivência e Fortalecimento de vínculos para Pessoas com Deficiência Intelectual acima de 30 anos egressas da Educação), com ações de: Acolhida; escuta; informação, comunicação e defesa de direitos; Articulação com os serviços de políticas públicas setoriais; Articulação da rede de serviços socioassistenciais; Articulação interinstitucional com o Sistema de Garantia de Direitos; Atividades de convívio e de organização da vida cotidiana; orientação e encaminhamento para a rede de serviços locais; Referência e contrarreferência; Construção de plano individual e/ou familiar de atendimento; Orientação sociofamiliar; Estudo social; Diagnóstico socioeconômico; Cuidados pessoais; Desenvolvimento do convívio familiar, grupal e social; Acesso à documentação pessoal; Apoio à família na sua função protetiva; Mobilização de família extensa ou ampliada; Mobilização e fortalecimento do convívio e de redes sociais de apoio; Mobilização para o exercício da cidadania; Elaboração de relatórios e/ou prontuários.

Sendo a família fundamental no processo de atendimento à Pessoa com deficiência, as mesmas, são convidadas a participarem constantemente de palestras, eventos, grupos de temáticos, no intuito de esclarecer quanto aos direitos existentes, à promoção, ao fortalecimento e à preservação dos vínculos familiares. A família é incentivada a desenvolver sua autonomia, independência, empoderamento e protagonismo, diante das situações que a envolvem.

Sendo que o serviço na área da assistência social tem como ações promover autonomia, inclusão social e a melhoria na qualidade de vida de usuários e suas famílias.

A fim de proporcionar à pessoa com deficiência intelectual e múltipla o enfrentamento e a superação das vulnerabilidades, investindo na apropriação do lugar de protagonista na conquista de direitos, na realização de atividades externas que viabilizam mobilização, fortalecimento do convívio nas redes sociais e o exercício da cidadania.

Devido a estas especificidades, este usuário requer um atendimento especializado que permita a emergência de suas potencialidades e habilidades, o direcionamento para o trabalho assegurando sua inclusão social e garantindo seu direito como cidadão.

Atualmente estão sendo beneficiado em média 400 usuários e suas famílias, a partir do nascimento.

O projeto Habilitação e Reabilitação da Pessoa com Deficiência e a promoção de sua Inclusão à vida Comunitária têm a finalidade de promover a autonomia, a inclusão social e a melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiência e suas famílias, buscando a complementaridade das ações com as diversas políticas públicas setoriais.

No serviço de saúde, a APAE foi habilitada como Centro especializado em reabilitação – CER II, nas modalidades física e intelectual. Este estabelecimento de saúde está registrado sob o número de CNES 2076861, sem fins lucrativos, para atendimentos à pacientes regulados da secretaria municipal de saúde com deficiência física e intelectual, oriundos do Aquífero Guarani.

O CER II APAE Ribeirão Preto, oferece atendimento de saúde para pacientes com deficiência intelectual e física nas seguintes áreas de atuação: medicina (neurologia, psiquiatria, ortopedia e fisioterapia), enfermagem, nutrição, psicologia, fonoaudiologia, fisioterapia, hidroterapia, terapia ocupacional e odontologia.

1.1 No serviço de educação, possui Autorização de funcionamento da Escola de Educação Especial da APAE de Ribeirão Preto, tendo a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Ribeirão Preto como sua mantenedora inscrita no CGC sob o nº 56.015.894-0001-48, publicada no Diário Oficial do Estado em 23 de junho de 1982, seção I, São Paulo. Confere autorização para funcionamento dos graus de ensino e cursos constantes do Regimento Escolar, sendo ensino de 1º Grau, na Modalidade de Educação Especial para Pessoas com Deficiência Intelectual e outras associadas a esta, conforme Planos de Cursos aprovados. Regimento Escolar publicado no Diário Oficial do Estado em 12/06/2002 sec. I, pág. 21.

O serviço de educação contempla atualmente os serviços de “Atendimento Educacional Especializado – AEE” que está em consonância com a “Política Nacional de Educação Inclusiva”, interpreta esta modalidade não substitutiva da escolarização comum e define a oferta do Atendimento Educacional Especializado em diversas etapas, níveis e modalidades, ocorrendo para as crianças que frequentam a rede regular de ensino municipal e são atendidas pela APAE no horário inverso ao da escola regular.

Também oferece a Educação Exclusiva na APAE, curso de “Ensino Fundamental” em duas fases, sendo Fase I a Escolarização Inicial e a Fase II o Socioeducacional, ambas, que ocorre somente na escola da APAE, não estando inserido no ensino regular. Oferece oportunidades educacionais, promovendo o contato com habilidades escolares, desenvolvimento da socialização e independência pessoal, proporcionando o desenvolvimento pleno do direito à cidadania.

Os currículos e programas são organizados numa abordagem crítica social, focando-se nas potencialidades do aluno, através de uma avaliação diagnóstica realizada em equipe multidisciplinar, sondagem inicial e aplicação de inventário familiar buscando uma ponte entre as necessidades destas pessoas, de suas famílias e a importância do conhecimento nas diversas áreas do conhecimento.

As adaptações do currículo são feitas a fim de favorecer as atividades de vida diária, cuidados e independência pessoal, atividades de interação social, vivências diversificadas, atividades de expressão corporal e música, num currículo funcional que venha de encontro às necessidades do aluno e ao seu contexto de vida.

“2016 - Recertificação ISO 9001”

Na busca constante da melhoria dos serviços prestados aos assistidos e suas famílias, a Instituição buscou por inovações.

Foram realizadas reuniões e auditorias internas para manutenção da certificação pela normatização ISO 9001:2008. Em outubro de 2016 a Instituição foi auditada pela DQS do Brasil sendo recertificada pela a ISO 9001:2008.

A Diretoria e todos os colaboradores tiveram um grande esforço para a continuidade deste processo.

“2016 - Aperfeiçoamento na Gestão”

A formação em gestão pela Fundação Dom Cabral - A Fundação Dom Cabral é uma escola de negócios brasileira com padrão de atuação internacional de desenvolvimento e capacitação de executivos, empresários e gestores públicos. Possui trabalho de parceria com Organizações Sociais (POS), desenvolvido para ajudar estas organizações a incorporarem ferramentas de gestão em sua rotina com objetivo de tornarem-se autossustentáveis e atrativas para investimento, melhorando os resultados da instituição, trabalho este, que teve início em meados do 2º semestre.

“Sustentabilidade”

São promovidos eventos com objetivo de captação de recursos para a sustentabilidade da APAE de Ribeirão Preto.

O trabalho é buscar constantemente novas parcerias que fortaleçam as arrecadações de recursos e viabilizem os serviços prestados.

- ü Chá da Tarde.
- ü Noite Mineira.
- ü 3ª e 4ª Pizzada (festa pizza).
- ü Bazar novos e usados.
- ü Sorteios Asa da Sorte
- ü Big Bazar.
- ü Festa Junina da APAE e do Contabilista, Arraiá da Renata, Festa COC.

“Eventos e Comemorações”

- ü Matine Dançante – Carnaval.
- ü Festa da Páscoa – Duplas sertanejas (Viola Show) e entrega de ovos de páscoa.
- ü Homenagem do Dia das Mães
- ü Festa Junina.
- ü Comemoração da Semana da Pessoa com deficiência Intelectual – Palestras de prevenção das deficiências, campeonato aquático e inclusões sociais.
- ü Semana da Criança e Jovens – teatros e lanche especial.
- ü I FAIP – Feira de Acessibilidade e Inclusão da Pessoa com Deficiência, realizada pela Prefeitura Municipal e Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência (COMPID), apresentação de Judô com os assistidos da APAE.
- ü Festa de Natal.

“Competições Esportivas”

- ü Festival de Dama e Dominó APAE de Brodowski.
- ü 3º Open Regional Judô Mogiana- “Judô para Todos”.
- ü Copa São Paulo Aspirante, Veteranos, Kata e Judô para Todos.
- ü 20ª Copa Ipanema Clube de Judô e Judô para Todos.
- ü I Festival Regional Correndo para o Futuro - APAE de Franca.
- ü III Festival Regional de Corrida e Caminhada Adaptada - APAE de Araraquara.
- ü Jogos Regionais - APAE Sertãozinho.
- ü Caminhada e Corrida de rua ao aniversário da APAE de Tambaú.
- ü 6ª opa Akatsuki - SESC Ribeirão Preto de Judô.
- ü II Copa Corpore Sano de Judô para Todos.
- ü III Open de Encerramento Mogiana de Judô- Clube Ipanema.
- ü 48º Torneio Periquito de Judô para Todos.

“Prêmio Luis Rocha Cerqueira, edição 2016”

- ü Vencedor do Prêmio:
Categoria Famílias: Glenda Maria Vieira João e Calil João Filho
Categoria Mercado de trabalho: Marco A. Nagy Junior
Categoria de assistido na cultura: Judô para Todos Professor Christopher Rodrigues

- ü Prêmio por participação:
Categoria familiares: Sra. Silvania Fonseca Inocentini
Categoria de assistido nas artes: Grupo da Assistência Social

“Dificuldades Enfrentadas”

- *Dificuldade financeira para manter os serviços.
- *Falta de recursos para o custeio de pessoal.
- *Alto número de faltas dos assistidos, dificultando o bom andamento do trabalho e desenvolvimento do assistido;
- *Desligamento de assistidos por abandono do serviço oferecido;
- *Dificuldade de entendimento por parte das famílias e falta de participação familiar.
- *Rotatividade de profissionais na Instituição em alguns setores de apoio.
- *Grande número de faltas dos profissionais das áreas de apoio, dificultando a rotina de trabalho.
- *Dificuldade de manutenção das ações já realizadas por falta de recursos humanos.
- *Dificuldades na falta de equipamentos para adequação dos ambientes.

Assistência Social

O serviço visa a “HABILITAÇÃO E REABILITAÇÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E A PROMOÇÃO DE SUA INCLUSÃO À VIDA COMUNITÁRIA”. Realiza atendimento de Habilitação e Reabilitação da Pessoa com Deficiência e sua Inclusão na vida social, através de ações que visem o atendimento e a Defesa e Garantia de Direitos sociais das pessoas com deficiência intelectual e/ou múltipla e suas famílias. O serviço tem a finalidade a promoção da autonomia, inclusão social e a melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiência, buscando a complementaridade das ações com a diversas políticas públicas setoriais.

Na área da Assistência Social, segue abaixo os índices o ano de 2016:

- 111 Avaliações sociais para inclusão na instituição.
- 466 Famílias participaram dos grupos de famílias temáticos.
- 04 Inclusões para usuários acima de 30 anos de idade.
- 48 Atividades de inclusão social na comunidade.
- 72 Articulações com serviços socioassistenciais, políticas públicas setoriais e do Sistema de Garantia de Direitos.

Ações Programadas:

- * Inscrição de pretendes.
- * Avaliação social de novos assistidos.
- * Inclusão e adesões aos serviços da Instituição.
- *Atendimentos de 398 assistidos.
- * Acolhimento, escuta, orientações e fortalecimento das famílias.
- * Grupos de família mensais.
- * Oficina de mães do artesanato.
- * Atendimento individual das famílias, conforme a demanda.
- * Grupos dos assistidos semanalmente.

- *Atendimentos dos assistidos nas oficinas e centro de convivência.
- * Atividades de Inclusão Social na comunidade com os assistidos.
- *Atividades de autonomia e independência pessoal.

Ações Executadas:

- *Triagem de novos assistidos, chegando ao final do ano com um total de 398 assistidos.
 - *Em 2016, foram realizadas articulações com a rede socioassistencial, encaminhamentos, relatórios e discussão de casos com o CREAS 1, 2 e 3, contatos com entidades tais como: a Residência Inclusiva, Serviço de atendimento especializado a pessoas com deficiência e suas famílias - SSPD, Fundo Social de Solidariedade do Município de Ribeirão Preto, Conselho Municipal da Assistência Social- CMAS, Conselho Municipal de Direitos da Criança e Adolescente- CMDCA.
 - *Participação do Conselho Municipal de Assistência Social como espaço político e de controle social das políticas públicas.
 - *Os profissionais participaram do Conselho de Assistência Social da Federação das APAE's do Estado de São Paulo.
 - *Participação de capacitações com a rede de políticas intersetorial.
- Os profissionais realizaram articulações e encaminhamentos com a rede de políticas públicas setoriais com a Secretaria Municipal de Saúde, UBS's, UPA, Hospital das Clínicas, Hospital Santa Lydia, Poder Judiciário, Defensoria Pública, PSF Estação do Alto, Sesc Mesa Brasil, Transerp, Transporte adaptado Sertran, Secretaria Municipal e Estadual da Educação para a inclusão de usuários na rede regular e no serviço prestado pela APAE, Delegacia da Mulher, HC serviço social, CER-HC, IML, Cantinho do Céu, Hospital Santa Tereza, HC criança, e Promotoria da Pessoa com Deficiência.
- *Os usuários participaram de atendimento individual e grupos socioeducativos.
 - *As famílias participaram de grupos temáticos com a participação de convidados:
 - Dr. Paulo Fernandes Andrade Giosti, coordenador Regional da Defensoria Pública, tema "Nova Lei Brasileira de Inclusão".
 - Dr. Genival Torres Dantas Filho, Defensor e Membro do Núcleo Especializado da Pessoa com Deficiência, tema "Nova Lei Brasileira de Inclusão".
 - Dra Cristiany Castro, presidente da Federação das APAE's do Estado de São Paulo, tema "Nova Lei Brasileira de Inclusão".
 - *Grupo de família, trabalho este que a instituição oferece com o intuito de acolher, escutar, informar, orientar suas famílias a refletirem sobre diversas situações que se encontram, contribuindo para o desenvolvimento da sua autonomia, melhora da qualidade de vida e fortalecimento de vínculo.
 - * Trabalho de famílias proporcionando curso de Salgados Gourmet, com a voluntária Regina Rocha - Gard Manger, com objetivo de capacitá-las, melhorar a qualidade de vida das famílias e diminuir o stress e conseqüentemente fortalecendo os vínculos familiares.
 - * Oficina de mães do artesanato, proporcionar as mães ações que visam a superação da fragilidade socioeconômica e psíquica, buscando a melhoria da qualidade de vida.
 - *Os usuários nas oficinas de trabalho diários tais como: artesanato, culinária, informática, jardinagem, dança e teatro, tiveram a oportunidade de desenvolver suas habilidades, capacidades, independência e autonomia para um desenvolvimento pessoal com qualidade.
 - *Atividades de inclusão social tiveram a participação dos usuários e da equipe técnica desde o acompanhamento no deslocamento dos usuários a serviços básicos, bem como, em supermercado, lojas, feiras livres, sorveteria, shoppings, clubes, boate proporcionando a eles uma integração, convívio comunitário e exercício da cidadania.

* Interação dos usuários com as famílias, através de visitas mensais nas residências do colega do grupo, com objetivo de ampliar as relações extra instituição.

*A avaliação foi realizada através de indicadores, pesquisa de satisfação das famílias, relatório anual elaborado pelos técnicos, instrumental semestral de acompanhamento das Habilidades desenvolvidas elaborado pelos monitores, abrangendo os aspectos identificação pessoal, social, autonomia, inclusão social.

*Desenvolvimento de atividades de vida diária e prática para conquista da independência e autonomia pessoal.

*Comemoração dos aniversariantes do mês.

*Oficina de auto estima e dia da beleza.

*Comemorações: carnaval, páscoa, dia das mães, festa junina, dia da criança e do jovem, festa de natal.

* 1º Chá da família no programa Centro de Convivência.

*Participação em torneios e campeonatos esportivos.

*Capacitação dos profissionais em cursos, treinamentos e palestras.

ü Workshop sobre autismo “TEAabraço”.

ü Treinamento Ribercred Seguros.

ü Reciclagem e boas práticas na manipulação de alimentos, Mesa Brasil.

ü Palestra de bolos caseiros com aproveitamento integral dos alimentos, Mesa Brasil.

ü Palestra de cadastramento das Instruções, Mesa Brasil.

ü Treinamento RAC/RAP, ISO 9001:2008.

ü Capacitação de recursos através de projetos sociais e ou culturais, Mesa Brasil.

ü Currículo Funcional Natural, Federação das APAE's.

ü Facilitação do movimento através da bandagem, Instituto Paulista de Estudos Sistêmicos.

ü Trabalho em Equipe, RH.

ü Motivação em Equipe, RH.

ü Curso de Salgados Gourmet, Regina Rocha - Gard Manger.

ü Técnicas de Conservação de alimentos, Mesa Brasil.

ü Palestra de RH, esclarecimentos de dúvidas, RH.

ü Congresso Aprender Criança 2016, Glia Educacional.

ü Boas práticas no armazenamento de alimentos, Mesa Brasil.

ü Capacitação dos profissionais da APAE (ISSO/Assistência Social), RH e Coordenação de assistência social.

ü Recursos Terapêuticos - ministrada pela monitora Nágila e psicóloga Giselda.

ü Benefícios Prestação Continuada - LOAS, ministrada pela Assistente Social Adriana do INSS.

ü Comportamento - ABA, ministrada pela pedagoga Ivina, psicóloga Marina e Fonoaudióloga Ana Cecília.

ü Orientação da Alimentação dos usuários, ministrada pela Nutricionista Daniela Bravo.

ü Serviços Socioassistenciais no movimento APAEANO - APAE de Batatais.

ü Serviço de Autodefensor no Movimento Apeano, realizado pela APAE de Jundiá.

ü Palestra Álcool na gestação- Dra Priscila Brum.

ü 5 Simpósio de Atualização em Saúde Mental e Psiquiatria da Infância e Adolescência do HC- FMRP -USP.

ü Workshop do “Projeto de Gestão”, fundação Dom Cabral.

ü “Projeto de Gestão”, fundação Dom Cabral.

ü Fóruns Regionais sobre violência contra pessoas com Deficiência.

Ü Palestra do Mercado de trabalho para pessoa com deficiência e Lei de Cotas.

Benefícios Alcançados:

- * Recursos dos Municípios de Ribeirão Preto, Pradópolis.
- * Recursos Estadual e Federal.
- * Emenda Parlamentar dos vereadores de Ribeirão Preto.
- * Projeto de Sensibilização: CMDCA.

*De acordo com os resultados descritos e monitoramento realizado, considera-se que as propostas desenvolvidas em 2016 atingiram os objetivos esperados. Com a melhora na qualidade do serviço prestado para os usuários e suas famílias obteve-se maiores oportunidades na promoção da autonomia, inserção social, convívio familiar e social, proporcionando a eles uma melhora na qualidade de vida.

Educação

Na área de Educação, segue abaixo os índices o ano de 2015:

- Foram atendidos: média de 153 alunos na Educação Exclusiva com uma frequência média de 73% /ano.
- Foram atendidos: média de 79 alunos no Atendimento Educacional com Especializado com uma frequência média de 59% /ano.
- 15 visitas domiciliares com professores nas residências dos assistidos.
- 42% dos alunos atingiram nota “C” nas atividades propostas.
- 41% das famílias participaram das reuniões de pais bimestrais com professores da Educação Exclusiva.
- Sete crianças foram incluídas pela APAE na rede regular de ensino e inseridas no serviço de Atendimento Educacional Especializado.

O Atendimento Educacional Especializado – AEE é uma educação que foi planejada para ser realizada em turno inverso ao da escolarização, contribuindo efetivamente para garantir o acesso dos alunos à educação comum e disponibilizando os serviços e apoios que complementam a formação desses alunos nas classes comuns da rede regular, vinculadas a Secretaria Municipal da Educação de Ribeirão Preto para o atendimento de 70 alunos.

Teve por objetivo proporcionar aos alunos o caráter complementar dessa modalidade e sua transversalidade em todas as etapas, níveis e modalidades. Visando atender alunos com deficiência, aqueles que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual ou sensorial, oportunizando o acesso e permanência nas classes comuns do ensino regular.

Buscando favorecer a construção dos conhecimentos e o desenvolvimento de um trabalho complementar, as salas de aulas foram reorganizadas em Salas Ambientais Temáticas, possibilitando ambiente de maior liberdade de experimentações e estrutura estimulante.

Teve por objetivos específicos: Orientar a matrícula em classe comum e oferecer o Atendimento Educacional Especializado nas salas Temáticas; Organizar o tipo e o número de atendimentos aos alunos no atendimento nas salas Temáticas; Garantir espaço físico, mobiliário e recursos pedagógicos e de acessibilidade; Elaboração e execução do plano de atendimento educacional especializado; Estabelecer articulação com os professores da sala de aula comum, através das visitas escolares, visando os recursos pedagógicos e das estratégias que promovem a participação dos alunos nas atividades escolares; Orientar as famílias sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelo aluno.

Os alunos frequentaram o programa no período contrário a escolarização duas vezes na semana, sendo os dias e horários alternados conforme a necessidade do aluno e a proposta do Plano Atendimento Educacional Ensino.

O público alvo do AEE são alunos com diagnóstico de deficiência intelectual, múltipla (deficiência intelectual associada à outra deficiência) e com transtorno global do desenvolvimento, associadas à deficiência intelectual que frequentem a rede regular de ensino.

Ações Programadas:

* Atendimento de crianças que frequentam a educação infantil e o ensino fundamental na rede regular de ensino.

*Agrupamento por idade compatível e nível de desenvolvimento com atendimentos específicos e terapêuticos, atividades educacionais com o pedagogo e orientação familiar.

*O atendimento aconteceu por grupos com atendimentos diários de dois dias na semana e visitas nas escolas para acompanhamento e orientação ao professor da rede regular.

*Grupos de apoio e orientação familiar com o respaldo dos serviços da assistência social.

*Atendimentos na área da saúde com equipe técnica multidisciplinar: fonoaudiólogo, fisioterapeuta, terapeuta ocupacional, psicólogo, assistente social, médico, enfermeiros e auxiliares, dentista e nutricionista.

*Assistência médica emergencial, alimentação e transporte, dependendo este último, da avaliação social da família.

*Participação dos professores em palestras, cursos e capacitações.

*Registro do trabalho docente e discente.

Ações Executadas:

*Os alunos foram atendidos gratuitamente nos níveis de ensino de Atendimento Complementar com o apoio da equipe técnica multidisciplinar composta por profissionais da fonoaudiologia, fisioterapia, terapia ocupacional, psicologia, assistência social, médica, enfermagem, odontologia, nutrição e pedagogia;

*Houve a aplicação de questionários com as famílias “Inventário Familiar”, com a finalidade de colher informações relevante para a construção do plano individual de atendimento;

*Foram realizadas avaliação da equipe multidisciplinar para a definição dos objetivos dos planos de atendimento educacional especializados dos alunos;

* Foram construídos os planos individuais de atendimento;

*As atividades aconteceram de acordo com a proposta dos planos de atendimento Educacionais Especializados e atendimentos terapêuticos proporcionando os serviços especializados e os apoios necessários;

*Através de métodos complementares tais como a comunicação alternativa adaptada, estimulação sensorial, atividades funcionais buscando atender os diversos perfis de apoio ajudando os alunos a conseguirem melhoras significativas nas habilidades conceituais, sociais e práticas;

*Visitas domiciliares e visitas nas escolas os alunos frequentam no contraturno escolar foram realizadas pelos profissionais e professores do AEE;

*Registradas evidências das atividades realizadas e desenvolvimento do plano individualizado durante o ano de 2016;

*Foram realizadas orientações e capacitação aos professores e diretores da rede regular de Ribeirão Preto;

*Reuniões semestrais entre os professores, equipe técnica, coordenação e direção para alinhamento das condutas com os alunos.

*Reuniões com os professores para orientação da documentação docente e discente, e normas gerais.

*Reuniões com equipe do AEE da APAE, equipe Secretaria Municipal de Educação, equipe de escolas regulares e familiares para alinhamento de condutas para o melhor desempenho do aluno.

*Participação dos professores em palestras, cursos e capacitações oferecidos pela FEAPAEs do Estado de São Paulo, Workshop TEAbraço, palestras informativas e treinamentos internos.

Benefícios Alcançados:

*Atendimento dos alunos conveniados com a secretaria da educação municipal;

*Participação das famílias na coleta de informações importantes para a construção do plano individual;

*Elaboração dos planos de Atendimentos Educacional Especializado e registros de evidências das atividades realizadas;

*Visitas nas Escolas de Ensino Regular para orientação e acompanhamento do desenvolvimento do aluno e maior integração dos profissionais envolvidos;

*Acolhimento das famílias, acompanhamento e orientação;

*Apoio da equipe multidisciplinar da saúde e atendimentos clínicos realizados;

*Pagamento dos profissionais envolvidos diretamente no serviço com o recurso destinado pela Secretaria Municipal de educação;

Educação Exclusiva – EDE é uma educação que ocorre somente na “escola” da APAE, não estando inserido no ensino regular. Oferece oportunidades educacionais, promovendo o contato com habilidades escolares, desenvolvimento da socialização e independência pessoal, proporcionando o desenvolvimento pleno do direito à cidadania, através de currículos e programas adaptados focando-se nas potencialidades do aluno, através de uma avaliação diagnóstica realizada em equipe multidisciplinar, sondagem inicial e aplicação de inventário familiar buscando uma ponte entre as necessidades destas pessoas, de suas famílias e a importância do conhecimento nas diversas áreas do conhecimento.

As adaptações do currículo foram feitas a fim de favorecer as atividades de vida diária, cuidados e independência pessoal, atividades de interação social, vivências diversificadas, atividades de expressão corporal e música, num currículo funcional que venha de encontro às necessidades do aluno e ao seu contexto de vida.

Devido à complexidade do atendimento aos alunos da APAE RP, além do professor especializado, pode-se contar com a presença de um atendente (cuidador) e/ou auxiliar de classe, quando necessário, considerando os apoios educacionais indicados a estes alunos, tais como: alimentação diferenciada, cuidados na higienização, apoio na locomoção, manejo comportamental, apoio na execução das atividades de sala de aula.

O Ensino Fundamental tem por objetivo proporcionar aos alunos com deficiência intelectual, múltipla (deficiência intelectual associada à outra deficiência) e/ou transtorno global do desenvolvimento (associado à deficiência intelectual), que necessitam de apoio pervasivo, oportunidades de acesso à Educação Básica, de ampliação das habilidades acadêmicas funcionais e das suas competências, contribuindo com o pleno desenvolvimento de suas potencialidades e sua inclusão social. Como objetivos específicos oferecer ensino acadêmico com adaptações significativas no currículo; estimular, de acordo com os interesses e as potencialidades de cada aluno, aquisição de autonomia e independência nas habilidades básicas, de maneira funcional; Proporcionar o bem-estar e melhora da qualidade de vida; Trabalhar as competências sociais e contribuir para a inclusão do aluno na comunidade.

Ações Programadas: Atendimento de 162 crianças, adolescentes e adultos com deficiência, especificamente deficiência intelectual, múltipla e transtornos globais do desenvolvimento com comprometimentos acentuados com idade de 6 a 30 anos.

Dividido em duas fases, o Ensino Fundamental se divide em:

* **Escolarização inicial, fase I:** atendeu alunos com deficiência intelectual e múltipla e transtornos globais do desenvolvimento, com graves comprometimentos, com idade entre 06 a 14 anos e 11 meses, em regime de atendimento de 2ª a 6ª feira das 07:30 às 11:30 h ou das 12:30 às 16:30 h, oportunizando o desenvolvimento de suas potencialidades e sua inclusão social. Teve por objetivo oferecer ajuda e apoios contínuos diversificando o ensino e oferecendo atendimentos terapêuticos de serviços especializados.

* **Sócio Educacional, fase II:** atendeu alunos com deficiência intelectual e múltipla e transtornos globais do desenvolvimento, com graves comprometimentos, de 15 a 30 anos de idade, em regime de atendimento de 2ª a 6ª feira das 07:30 às 11:30 h ou das 12:30 às 16:30 h, oportunizando o desenvolvimento de suas potencialidades e sua inclusão social. Teve por objetivo oferecer ajuda e apoios contínuos, ensino adaptado, atividades diversificadas e oferecendo atendimentos terapêuticos de serviços especializados.

* Grupos de apoio, orientação familiar, com o respaldo dos profissionais do serviço da assistência social.

* Atendimentos de equipe técnica multidisciplinar: fonoaudiólogo, fisioterapeuta, terapeuta ocupacional, psicólogo, assistente social, médico, enfermeiros e auxiliares, dentista e nutricionista.

* Assistência médica emergencial, alimentação e transporte, dependendo este último, da avaliação social da família.

* Métodos e currículos adaptados que atendam às necessidades dos alunos.

* Registro do trabalho docente e discente.

Ações Executadas:

* Foram adequados espaços físicos, para adequação dos serviços realizados no setor da educação exclusiva, sala para atendimento de alunos com autismo (TEA).

* A sala foi reorganizada quanto ao mobiliário, materiais utilizados, confecção de materiais, aquisição de jogos, materiais e um computador para uso exclusivo na sala.

* Os alunos foram atendidos gratuitamente nos níveis de ensino de Ensino Fundamental (escolarização inicial e sócio educacional), com o apoio de equipe técnica multidisciplinar composta por profissionais da fonoaudiologia, fisioterapia, terapia ocupacional, psicologia, assistência social, médica, enfermagem, odontologia, nutrição e pedagogia.

*Foram oferecidos apoios contínuos, ensino adaptado e atendimentos terapêuticos de serviços especializados. Através de métodos complementares tais como a comunicação alternativa adaptada, estimulação sensorial, e atividades funcionais buscando atender as necessidades de interação e habilidades dos alunos nos ambientes doméstico e social, oportunizando o desenvolvimento de suas potencialidades e sua inclusão social.

*Atividades educacionais realizadas nos espaços reais da comunidade contemplando o currículo funcional natural para o desenvolvimento da independência e autonomia.

*Com os alunos do sócio educacional foram desenvolvidas atividades buscando a ampliação de atitudes e hábitos para o mundo trabalho, tais como, assiduidade, responsabilidade, trabalho em equipe, respeito, cooperação, relacionamento com os colegas, cuidados com o material, propiciando o desenvolvimento de aptidões e habilidades na pessoa com deficiência para a vida produtiva e a inclusão social.

*Reuniões semestrais entre os professores, equipe técnica, coordenação e direção para alinhamento das condutas com os alunos.

*Reuniões com os professores para orientação da documentação docente e discente, e normas gerais.

*Participação dos professores em palestras, cursos e capacitações.

*Registro dos trabalhos desenvolvidos através de planos individuais, registro de atividades em portfólio individual, relatórios e avaliações.

*Implantação nas avaliações finais de registro gráfico.

*Participação dos professores em palestras, cursos e capacitações oferecidos pela FEAPAEs do Estado de São Paulo, Workshop TEAbraço, palestras informativas e treinamentos internos.

Benefícios Alcançados:

*Pagamento de 21 regentes de classe durante o ano de 2016;

*Atendimento de 162 alunos conveniados com a secretaria estadual Educação;

*Construção e acompanhamento dos planos de ensino individualizado;

*Construção e supervisão dos Portfólios individual dos alunos;

*Visitadas domiciliares realizadas pelos docentes e equipe técnica com o intuito de levantar necessidades, retornar o aluno para suas atividades escolares, orientação aos pais e familiares;

*Adaptação de materiais escolares, brinquedos e utensílios de apoio individual desenvolvendo habilidades funcionais;

*Atividades de ampliação das habilidades sociais em diversos ambientes do nosso município;

*Atividades promovendo desenvolvimento de autonomia e independência;

Saúde

AÇÕES PROGRAMADAS:

Atendimento de habilitação e reabilitação à pessoa com deficiência intelectual e/ou física, de qualquer idade, promovido por equipe multidisciplinar devidamente qualificada e capacitada na prestação de assistência à partir das necessidades avaliadas de maneira individual, tendo como ferramenta a construção do Plano Terapêutico Singular, que contempla objetivos e estratégias a serem utilizadas com cada paciente e suas famílias, garantindo assim: Diagnóstico e avaliação funcional da deficiência, estimulação precoce de forma ampla e dirigida, orientações para famílias e cuidadores, seleção e prescrição de órteses e meios auxiliares de locomoção, reuniões de equipe, estudo de casos, articulações com outros pontos de atenção à saúde, prevenção às deficiências e articulações com outros serviços no intuito de ampliar o alcance do cuidado, inclusão e melhoria de qualidade de vida da pessoa com deficiência. Os pacientes são assistidos nos seguintes programas:

Estimulação Precoce: O programa de Estimulação Precoce acolhe o bebê juntamente com sua família, onde recebem todo o suporte para seu desenvolvimento. Nesta fase, a família demonstra um grande sofrimento psíquico e com muitos questionamentos e angústias diante do tratamento que irá se iniciar. A estimulação precoce, acontece através dos atendimentos de fisioterapia, fonoaudiologia e terapia ocupacional, enquanto sua família é acompanhada pela psicologia, que busca dar suporte e orientação para que esta família se reestabeleça e consiga ter o enfrentamento necessário para proporcionar ao seu bebê o que ele necessita para desenvolver. As orientações de toda equipe nesta fase é de extrema importância. Em outro momento, a equipe também oferece todo o suporte e orientação quando se inicia o processo de inclusão escolar, que muitas vezes é despertado pela equipe, pois a família tende a protelar este momento que é fundamental para criança. Visitas escolares para orientações e trocas com outros profissionais, é parte desta rotina para que a criança e sua família tenham êxito em se inserir meio educacional.

Atendimento clínico: atendimento diretamente ao paciente e suas famílias com deficiência intelectual e/ou física

Atendimento clínico diferenciado: Alguns pacientes (com deficiência intelectual) que frequentam o Centro de reabilitação, também frequentam a escola de Educação especial da APAE, que pode ser na modalidade de educação exclusiva ou o Atendimento Educacional Especializado (AEE) ou ainda, nas oficinas e centro de convivência do seguimento da Assistência Social. Portanto, se beneficiam de um tratamento com um olhar muito mais amplo, pois os profissionais que o assistem tem a oportunidade de vivenciar, avaliar e tratar esse indivíduo em diferentes contextos e ambientes, podendo perceber suas respostas adaptativas e interação com o meio, tendo assim ampliada suas ferramentas de trabalho. Assim o processo de habilitação/reabilitação se torna mais completo e eficaz. Recursos de tecnologia assistiva, que variam desde adaptação de talheres e mobiliários, órteses, bengalas, dispositivos posturais até recursos como comunicação alternativa, aplicativos e sistemas computadorizados, são amplamente utilizados.

Fisioterapia aquática: é um recurso complementar que é oferecido para os pacientes que frequentam o CER II. Métodos como Halliwick, Bad Ragaz e Watsu, são utilizados, além de recursos lúdicos e outros materiais, que em conjunto com os benefícios promovidos pelas propriedades físicas do meio líquido, otimizam o processo de reabilitação.

Terapia de integração Sensorial: é o processo pela qual o cérebro organiza as informações, de modo a dar uma resposta adaptativa adequada, organizando assim, as sensações do próprio corpo e do ambiente de forma a ser possível o uso eficiente do mesmo no ambiente. Assim, a integração sensorial oferece oportunidades para a criança organizar a sua conduta, fornece condições para explorar suas necessidades e faz com que o sistema nervoso organize os estímulos, produzindo respostas adaptativas adequadas ao ambiente. As sensações devem ser proporcionadas de forma agradável, utilizando para isso equipamentos suspensos e diversos outros materiais que tornam a terapia atrativa e divertida.

AÇÕES REALIZADAS:

Foram realizados durante o ano de 2016:

- § 29.966 atendimentos de saúde nas diversas modalidades terapêuticas.
- § 922 consultas médicas.
- § 967 pessoas foram atingidas com o trabalho de prevenção as deficiências (prevenção primária, secundária e terciária).
- § 118 visitas domiciliares para orientação terapêutica.
- § 29 palestras

Os atendimentos foram realizados por equipe multidisciplinar composta por: médicos, enfermeiros, fisioterapeutas, terapeutas ocupacionais, fonoaudiólogos, psicólogos e nutricionista com atendimentos individuais e grupais quando necessário. Contamos ainda com apoio do Serviço Social da instituição para ações e orientações específicas

Grupos de acolhimento e orientações de estimulação precoce aconteceram durante todo ano à medida que as famílias ingressavam no programa.

Visitas domiciliares, escolares foram proporcionadas aos assistidos do CER, sempre que necessário, buscando apoiar as famílias para aspectos específicos de adaptações do ambiente e rotina doméstica, bem como inclusão escolar e social.

Reavaliações periódicas e relatórios anuais (atividades desenvolvidas e resultados alcançados) foram realizados para acompanhamento individual de cada paciente, além da revisão do Plano Terapêutico sempre que necessário.

O uso da Gameterapia foi iniciado em 2016, buscando ampliar as ferramentas de trabalho para reabilitação, trabalhando aspectos como percepção corporal, coordenação motora global, atenção e cognição de forma divertida e prazerosa.

Palestras e capacitações periódicas em busca da melhoria contínua do serviço ofertado e também para esclarecimentos e informação da população em geral, bem como para as famílias dos assistidos aconteceram durante o ano com temas variados como:

- Análise do comportamento aplicada (ABA).
- Biomecânica e lesões em tornozelo e pé do paciente neurológico
- Aplicação de Toxina Botulínica

- Órteses de membros inferiores
- Hidroterapia: benefícios, indicações e contra- indicações.
- Integração sensorial
- Funções Executivas
- Rede de atenção à saúde.
- Fisioterapia Respiratória.
- Maternagem
- Inclusão Escolar: como orientar as famílias
- Workshop internacional de Autismo - Teabraço 2016 (participação da equipe no evento)
- Prevenção da gripe H1N1 e outros tipos de influenzas
- Envelhecimento X Deficiência (o processo de envelhecimento associado as deficiências)
- Propostas Terapêuticas (Encontro entre profissionais e familiares para esclarecer atuação das áreas e trabalho proposto.
- Vivência e aplicação prática do conteúdo discutido nos encontros com famílias, no intuito de aumentar a compreensão das instruções e orientações dadas pelos profissionais, aumentando a aplicabilidade em casa.
- Uso de álcool na gestação e Prevenção de deficiências, ministradas pelas médicas do CER II, aberta para pais, familiares e público externo, no intuito de prevenir as deficiências alertando a população.
- Panfletagem em parques da cidade, Shoppings e Centro da cidade pela equipe de saúde, sobre a semana da pessoa com deficiência, com o tema “ O Futuro se faz com a conscientização das diferenças” e panfletagem de prevenção das deficiências.

Em 2016 foi também implementação do Projeto: “Alta assistida X Esportes adaptados”. Em parceria com a educação física da instituição APAE, iniciou-se em janeiro de 2016, este projeto que contemplou 9 assistidos, que tiveram alta total ou diminuição dos atendimentos de fisioterapia, tendo em vista a inclusão destes nos programas de esportes adaptados. Todos são reavaliados periodicamente pela fisioterapia para acompanhamento.

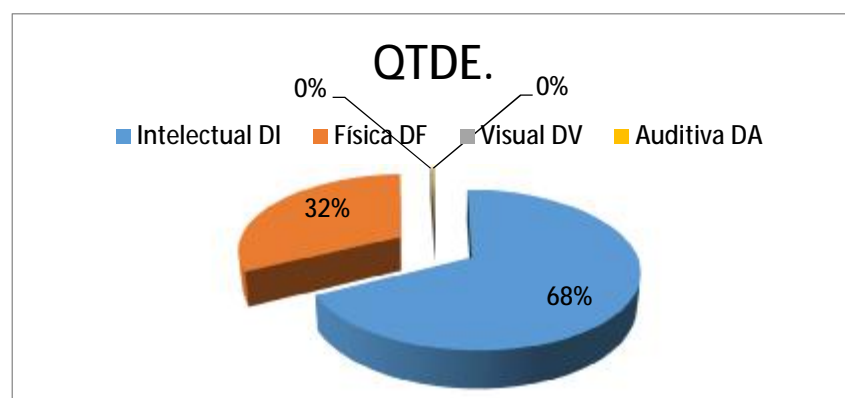




Gráfico de Diagnósticos dos Assistidos APAE-RP

- Epilepsia G40
- Paralisia Cerebral G80
- Retardo Mental F79
- Retardo Mental Grave F72
- Retardo Mental Leve F70
- Retardo Mental Moderado F71
- Retardo Mental Profundo F73
- Síndrome de Down Q90
- Transtorno Global do Desenvolvimento F84
- Outros -

